



## RELATÓRIO DE VIAGEM

Deputado Padre João – Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Período da viagem: 5 a 7 de dezembro de 2016

Cidade de Origem da viagem: Brasília - Distrito Federal

Cidades de Destino da viagem: Campo Grande, Dourados, Aral Moreira, Caarapó e Amambai - Mato Grosso do Sul

---

*Diligência ao Mato Grosso do Sul para acompanhar representantes do Parlamento Europeu em visita a terras indígenas em processo de retomada na região*

5, 6 e 7 de novembro de 2016

### RESUMO

Com o objetivo de verificar *in loco* a situação dos povos indígenas acampados em diferentes municípios da região de Dourados – MS, uma delegação de representantes do Parlamento europeu, uma comitiva da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e outros parlamentares federais e estaduais viajaram em diligência à região. A comitiva da CDHM foi formada por um grupo de quatro parlamentares federais – o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Deputado Padre João (PT-MG), a Deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), o Deputado Zeca do PT (PT-MS) e o Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), além de dois assessores da Comissão. A delegação do Parlamento Europeu, liderada pelo deputado português Franciso Assis, foi formada, além de por ele, por Marisa Matias, deputada de Portugal, Estefanía Torres Martínez, deputada da Espanha, Francesco Giorgi representante do Deputado Pier Antonio Panzeri, da Itália, Giuseppe Lo Monaco, representante do Deputado Ignazio Corrao, da Itália, Umberto Gambini representante do Deputado Ramon Tremosa i Balcells, da Espanha, Fernando Burgés e Lukas Van Diermen, assessores da Unrepresented Nations and Peoples (UNPO), Erick Von Pistohlkors, primeiro conselheiro da Delegação da União Europeia no Brasil e Lilith Verstrynge, assessora do Parlamento Europeu. A diligência foi acompanhada, ainda, por dois deputados



estaduais: o Deputado João Grandão e o Deputado Pedro Kemp, e pelo Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário, Cleber Buzatto. Eles conversaram com autoridades ligadas à causa e com indígenas moradores dos territórios onde há disputa por terra. No retorno, o presidente da CDHM pediu providências descritas neste relatório.

## **RELATO**

### DIA 5/12

O deputado Padre João, presidente da CDHM, os dois assessores que acompanharam a diligência, Tayla Post e Leonardo Aragão, assim como toda a comitiva da Comissão destacada para esta atividade deslocaram-se de Brasília a Dourados em voo da Força Aérea Brasileira, chegando no estado do Mato Grosso do Sul às 21h30. Dois assessores parlamentares da FAB, o Tenente Coronel Gerson Alves da Souza Loureiro e o Capitão Darlan Dornelas também acompanharam o voo, bem como todas as atividades da viagem. No aeroporto, os membros da comitiva foram recebidos pelos Policiais Rodoviários Federais Delcio Delmar Buss, Luiz Henrique Corrêa Silveira, Carlos José Costa Novais e Lucas Ferreira Costa, que realizaram apoio logístico de segurança e transporte durante toda a diligência. A comitiva pernitoou em Dourados – MS.

### DIA 6/12

Com início do deslocamento às 7h30, a primeira atividade do dia começou por volta de 9h. Tratou-se de uma visita da Comitiva da CDHM e de representantes do Parlamento Europeu à Kunumi Verá, em Caarapó, onde Clodiode Aquileu Rodrigues de Souza, um Guarani-Kaiowá de 26 anos, foi assassinado após um grupo de produtores rurais cercar a fazenda, que havia sido ocupada dois dias antes por indígenas que reivindicam a área. A Comissão esteve em diligência ao estado no dia seguinte ao assassinato, em 16 de junho de 2016, para apurar o caso. O intuito da visita foi colher denúncias e dialogar sobre as demandas que envolvem a necessidade de providências da Comissão. Além disso, a visita contou com manifestos de indignação diante da impunidade pelo assassinato do jovem e com



os massacres praticados de forma contínua contra os povos indígenas naquele estado.

Em seguida, a comitiva seguiu para Tekohá Guayviry, no município de Aral Moreira, onde visitou a aldeia e os familiares do cacique Nísio Gomes, assassinado em 18 de novembro de 2011 após um ataque de pistoleiros à comunidade, cujo corpo jamais foi encontrado. Sua mãe fez um relato de sua dor por não ter tido a oportunidade sequer de velar o filho. Protestos acerca da habitual atuação violenta dos fazendeiros locais e da impunidade sobre esses casos foram feitos pelos indígenas.

A Comitiva dirigiu-se, então, para Aty Guasu, em Amambai – MS, conhecida como a “Grande Assembleia” dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul, onde encontravam-se cerca de uma centena de indígenas de diferentes etnias. Lá, foi feita uma audiência com indígenas e parlamentares, onde foram colhidas diversas denúncias. Na ocasião, o procurador da República Ricardo Pael Ardenghi despedia-se dos indígenas e apresentava o novo Procurador, Dr. Luiz Paulo Paciornik Schulman, que se comprometeu em dar continuidade ao trabalho atento às causas dos povos indígenas como desempenhado até então.

Araldo Veron, uma liderança Kaiowá-Guarani fez diversos apontamentos em relação à situação de limitado acesso aos direitos, de violações de direitos humanos e entraves na política demarcatória. De acordo com ele, há limitações no acesso à saúde e segurança para os povos indígenas, facilmente verificáveis através das estatísticas do genocídio indígena e da mortalidade por epidemias e desnutrição. Além disso, segundo ele, a Polícia Militar estaria praticando prisões abusivas contra indígenas, bem como sido conivente com a atuação de milícias de fazendeiros nos últimos anos. Ao Parlamento Europeu, foi feito um apelo para que divulgasse a situação dos indígenas no MS, especialmente quanto à omissão do governo e do parlamento brasileiros.

Diversas lideranças Ninhanderu denunciaram, também, o massacre dos fazendeiros contra os povos indígenas. De acordo com esses povos, a eminência constante de graves ataques armados contra os indígenas devido ao processo de retomada precisa de atenção especial das autoridades, já que o histórico de caráter



violento que assumem os ataques dos fazendeiros pode culminar em mais mortes. As denúncias de violência contra os povos indígenas naquele território inclui até mesmo a prática de estupros de milícias armadas de fazendeiros contra mulheres indígenas.

Foi abordada, ainda, para atenção do Parlamento Europeu, a relação entre a exportação da soja, do açúcar e da carne brasileiras para a Europa e os latifúndios no Mato Grosso do Sul. De acordo com lideranças indígenas, o avanço das fazendas sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas e os entraves à demarcação impostos hoje pela bancada ruralista no Congresso se devem, em grande medida, às lucrativas relações comerciais estabelecidas entre Brasil e Europa para exportação dos produtos mencionados.

Cabe destacar, ainda, que esteve presente em boa parte das falas a crítica ao Marco Temporal e à Proposta de Emenda Constitucional 215. O primeiro se refere à tese adotada pelo Supremo de que os indígenas só teriam direito às terras efetivamente ocupadas na data da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. Essa tese amplia os conflitos na medida em que permite que fazendeiros avancem sobre territórios já consolidados e pacificados. A segunda transfere a competência da demarcação de terras indígenas do Poder Executivo, no caso, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Poder Legislativo. Na prática, isso impossibilita futuras demarcações. A PEC prevê ainda que as terras tradicionais possam ser arrendadas, divididas, permutadas e receber empreendimentos econômicos. Ela ainda estende o Marco Temporal aos territórios quilombolas.

Após o término das atividades, às 19h30, a Comitativa deslocou-se até o centro de Dourados para pernoitar, onde chegou por volta das 21h30.

### DIA 7/12

No dia 7, o deslocamento de Dourados até Campo Grande foi feito de avião pela Força Aérea Brasília às 8h. As atividades em Campo Grande iniciaram por volta das 10h da manhã, com uma audiência entre parlamentares, Ministério Público e sociedade civil. Os trabalhos foram conduzidos pelo Procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida, lotado em Dourados – MS. O intuito



da reunião era fazer uma discussão entre as autoridades, e das autoridades com a sociedade sobre a situação das demarcações de terra, dos assassinatos e demais violações de direitos humanos cometidas contra os povos indígenas no Mato Grosso do Sul. Participaram, além das autoridades, lideranças dos povos Kirikinau, Terena e da Aldeia Amambai.

O Procurador Marco Antônio Delfino abordou o tratamento seletivo dado pela mídia local, cujas narrativas, segundo ele, geralmente são construídas em prejuízo da versão dada pelos povos indígenas. O procurador expressou preocupação, também, com as milícias armadas que fariam a expulsão dos indígenas das fazendas com uso de ameaças, violências e até mesmo assassinatos. De acordo com ele, a quantidade de projéteis disparados contra os indígenas em episódios de violência das milícias geralmente deixa evidente a intenção de massacre. O procurador aborda, ainda, a proposta de criação de uma Comissão da Verdade Indígena, cujos princípios deveriam ser os da justiça de transição: direito à memória, à verdade, à reparação e a não-repetição.

Na audiência, os parlamentares falaram sobre as dificuldades conjunturais que existem em barrar o avanço da PEC 215 e de outros retrocessos em políticas públicas que atingem os povos indígenas. Os entraves na saúde pública, na educação e na segurança dos povos indígenas, além da política de demarcação de terras, foram colocadas como questões que merecem ser mais destacadas pelas autoridades, a fim de dar mais visibilidade aos problemas.

Nessa ocasião, a liderança Terena Lindomar denunciou o assassinato do índio terena Oziel Gabriel, de 36 anos, no dia 30 de maio de 2013, durante um cumprimento de ordem judicial de reintegração de posse da fazenda Buriti, em Sidrolândia – MS. Lindomar ressaltou que a delegada responsável pelo caso era esposa de um dos comandantes da operação de reintegração. Ela chegou à conclusão de que não houve irregularidades na ação, e deu parecer pelo arquivamento da investigação. O Ministério Público, embora reconheça que os tiros foram disparados pela Polícia Federal, também não responsabiliza nenhum policial individualmente pelo crime.



Um representante da Aldeia Amambai também usou a palavra para denunciar a prática de grilagem de terras que tem ocorrido. A liderança destacou ainda as altas taxas de mortalidade infantil e desnutrição registradas na Aldeia devido à omissão das autoridades em políticas de saúde pública para os indígenas.

A Comitativa deslocou-se, então, para o almoço e, em seguida, às 14h30, iniciou reunião de trabalho com os presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, Deputado Lidio Lopes, e da Comissão de Desenvolvimento Agrário e Assuntos Indígenas da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, Deputado João Grandão, para discutir as possibilidades de ação do Poder Legislativo sobre os massacres e violações de direitos cometidos contra os povos indígenas no Mato Grosso do Sul. Além da Comitativa e dos presidentes das comissões, participaram, também, o Procurador Marco Antônio Delfino e a Deputada Estadual Mara Caseiro.

O Deputado Padre João destacou, na reunião, que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados já esteve em diligência no Mato Grosso do Sul por aproximadamente sete vezes desde o último ano. Apenas em 2016, já foram duas visitas. As motivações envolvem o quadro constante de violações de direitos humanos contra os povos indígenas no estado, que passam por assassinatos – inclusive de crianças –, estupros, difícil acesso a direitos básicos como saúde, educação, segurança, etc.. A visita atual se tratava, portanto, de mais uma tentativa de diálogos que busquem saídas para a situação permanente de massacre e violência.

O Deputado português Francisco Assis esclareceu que a Europa vive um momento de consciência social que superou os valores imperialistas e reconhece as mazelas causadas nos países colonizados. Enquanto parlamentares europeus, ele ressalta que a visita da delegação ao Brasil tem por objetivo tirar impressões e verificar as violações de direitos humanos. O Deputado lembrou, também, da Resolução aprovada recentemente pelo Parlamento Europeu sobre a situação concreta dos povos indígenas no Brasil, cuja intenção era de reconhecer e dar visibilidade à gravidade das violações, a fim de chamar a atenção das autoridades brasileiras.



Após a reunião, a comitiva deslocou-se até à Base Aérea e retornou a Brasília, aonde chegou por volta de 21h30. A Deputada Janete Capiberibe, a assessoria da CHDM e a delegação do Parlamento Europeu participaram de novas reuniões nos dias 8 e 9 com autoridades federais para tratar da diligência. A Comitativa foi recebida pelo Presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, pela Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Ivana Farina, e pelo Ministério Público Federal, representado pelo Dr. Rogério de Paiva Navarro, Membro Titular da 6ª Câmara (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais).

## OPINIÕES

“O poder de incidir sobre a situação dos povos indígenas é de competência do Poder Executivo. Embora seja uma saída morosa, é preferível à passar a competência para o Congresso. Tirar a competência do Executivo de demarcar e agir sobre violência contra os povos indígenas para passar essa competência ao Parlamento, através da PEC 215, seria um retrocesso.” Deputado Padre João

“A Europa consome álcool, carne e vários outros produtos oriundos de terras indígenas. Isso precisa ser repensado.” Liderança indígena Lindomar – Coordenação executiva da APIB

“O genocídio indígena é institucionalizado pelos políticos envolvidos com agronegócio.” Gabriel Oliveira – Professor e membro do Coletivo Terra Vermelha

“A República do Brasil é uma farsa na medida em que governar depende da maioria parlamentar, e a maioria parlamentar depende de concessões para os setores ruralistas.” Deputado Edmilson

“O Brasil inteiro é território indígena, e os povos indígenas reivindicam apenas um pequeno espaço para perpetuar sua cultura, seu idioma.” Liderança Kirikinau

“A tese de que ampliar as terras indígenas prejudica o desenvolvimento econômico do estado é falsa. O Mato Grosso tem 14% de terra demarcada, e sua economia é muito desenvolvida. O Mato Grosso do Sul, por outro lado, tem 3% das



terras demarcadas, e o dobro da população indígena. ” Deputado estadual Pedro Kemp (PT/MS)

“O foco da discussão sobre os povos indígenas no Brasil, para a delegação europeia, é o respeito aos direitos humanos. Em um país como o Brasil, em que há tanta terra, não há vontade política de resolver o problema de 1 milhão de pessoas? A defesa dos direitos humanos não deve depender de posição partidária; deve ser uma luta de todos e todas”. Deputada portuguesa Marisa Martins.

“O parlamento europeu não pode ser insensível a qualquer violação de direitos humanos que ocorra no mundo. Não estamos aqui para dar lições a ninguém, nem com o intuito de resolver o problema – o que não está ao nosso alcance, nem é de nossa competência. Estamos aqui para manifestar profunda solidariedade com a luta dos povos indígenas. Por isso mesmo nós aprovamos uma Resolução no sentido de alertar as autoridades brasileiras da necessidade de tratar de outra forma o povo Guarani-Kaiowá. ” Deputado português Francisco Assis

## **APOIO**

A comitiva teve apoio logístico de transporte e segurança da Polícia Rodoviária Federal, através do trabalho dos policiais Delcio Delmar Buss, Luiz Henrique Corrêa Silveira, Carlos José Costa Novais e Lucas Ferreira Costa. Realizaram apoio de transporte e assessoria parlamentar os assessores parlamentares da Força Aérea Brasileira Tenente Coronel Gerson Alves da Souza Loureiro e Capitão Darlan Dornelas.

## **ENCAMINHAMENTOS**

Em diligência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias a territórios indígenas no Mato Grosso do Sul, encaminhou-se:

- Que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados buscara estabelecer laços políticos mais estreitos com representantes do Parlamento Europeu, a fim de fortalecer a luta pela garantia da terra e dos direitos fundamentais dos povos indígenas



- Que a CDHM seguirá monitorando os casos específicos de violações de direitos humanos, assassinatos e abusos de autoridades cometidos contra os povos indígenas nos territórios tradicionais do Mato Grosso do Sul

- Que a CDHM buscará estreitar os vínculos políticos com a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do estado do Mato Grosso do Sul, a fim de atuar conjuntamente sobre os casos de violações de direitos humanos cometidas contra os povos indígenas

- Que a CDHM reitere pedidos de providência feitos sobre o assassinato do indígena Oziel Gabriel, que permanece sem que ninguém tenha sido responsabilizado individualmente

Deputado PADRE JOÃO  
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias